

(X) Graduação () Pós-Graduação

ASSOCIAÇÃO 8 DE MARÇO: um percurso de resistência e de conquista

**Geraldo Barbosa Leal,
UFMS/CPNV,
1962leal@gmail.com**

**Aldenor da Silva Ferreira,
UFMS/CPNV
aldenor.ferreira@ufms.br**

RESUMO

Neste texto analisaremos o processo de formação e consolidação da Associação 8 de Março, localizada no município de Itaquiraí, Estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma pesquisa de campo, bibliográfica e documental que teve por objetivo retratar a história dessa organização social, analisando suas lutas e conquistas, procurando destacar a produção e a comercialização de alimentos por ela realizada por meio da agricultura familiar. Sabe-se que estado de Mato Grosso do Sul é conhecido nacionalmente pela grande produção agrícola e pecuária proveniente de grandes fazendas, um modelo produtivo que se convencionou chamar agronegócio, que produz bastante cana-de-açúcar, soja e milho. Contudo, é da pequena produção familiar realizada em muitos assentamentos do estado que provém grande parte dos outros alimentos que são consumidos pela população local, daí a relevância deste estudo. Observa-se que a produção de alimentos feita pelos trabalhadores assentados, a partir da Associação 8 de Março, no assentamento rural Santa Rosa, se constitui em uma forma de resistência, de luta desses sujeitos sociais pelo direito de se reproduzir material e simbólica.

Palavras-chave: Alimentos; Assentamento; Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

A motivação para a realização deste trabalho se relaciona à vontade de produzir conhecimento sobre o processo de formação e consolidação da Associação 8 de Março, localizada no município de Itaquiraí, estado de Mato Grosso do Sul.

Essa vontade advém de minha própria trajetória enquanto militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) por muitos anos e, também, por ser filho de camponês que perdeu sua terra nos anos de 1960, que teve que se deslocar para a periferia da cidade grande em busca de melhores condições de vida. Participei ativamente dos processos de ocupação de terras improdutivas que ocorreram no município de Itaquiraí, na década de 1990. Senti na pele a repressão dos Estado brasileiro nos processos de reintegração de posse. Fui testemunha ocular de vitórias e derrotas dos trabalhadores do Assentamento Santa Rosa.

Acredito que só com luta política organizada e com formas de cooperação seja possível conseguir resistir e prosperar em um assentamento da reforma agrária. A Associação 8 de Março é a materialização dessa assertiva. Segundo Costa (2012), o dia 8 de março de 1996, marca o primeiro dia de ocupação da Fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí, dando origem ao acampamento que foi batizado com o nome da data da ocupação. Mesmo após as ações de despejo por liminar judicial, as famílias mantiveram o nome do acampamento.

Não iremos tratar sobre o processo de ocupação da Fazenda Santo Antônio em si, apesar deste evento ter sido um marco da história do MST, no estado de Mato Grosso do Sul, com o acampamento figurando entre os maiores acampamentos de sem-terra do Brasil. O objetivo principal é falar especificamente da Associação 8 de Março, contar a sua história a partir do relato de seus próprios associados, lideranças do passado e atuais.

Também iremos falar da produção de alimentos que é feita por meio dos programas Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um grande incentivo do governo federal, de outrora, para a manutenção dos trabalhadores rurais no campo. Os programas contribuem para que estes assentados não saiam de seus lotes, abandonando-os, vendendo-os ou saindo para trabalhar fora. Mesmo que o trabalho acessório seja importante, ele é sazonal, nunca definitivo.

A relevância desta pesquisa reside no fato de que, a luta pela terra no Brasil de maneira geral e no Mato Grosso do Sul de maneira específica, é uma questão que ainda não foi totalmente equacionada. Nesse sentido, não apenas a aquisição da terra, mas a permanência nela em condições dignas também é fundamental. Daí que as Associações e

Cooperativas possuem papel relevante para a consolidação dos assentamentos, fortalecendo uma questão primordial desses espaços: a agricultura familiar.

Como dito, sabe-se que estado de Mato Grosso do Sul é conhecido nacionalmente pela grande produção agrícola e pecuária proveniente de grandes fazendas, que produz bastante cana-de-açúcar, soja, milho, dentre outras commodities. Todavia, é da pequena produção familiar realizada em muitos assentamentos do estado que provém grande parte dos outros alimentos que são consumidos pela população local, isso gera impacto nas economias locais e regionais.

Nesse contexto, a Associação 8 de Março, enquanto sujeito social coletivo, possui relevância, pois contribui para a dinâmica econômica dos assentamentos e, também, para a dinamização da economia do município de Itaquirai, gerando emprego e renda no campo e na cidade, mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA

Atualmente, a organização de trabalhadores rurais em luta pela terra mais conhecida é, sem dúvida, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Com efeito, como dito, a luta pela terra é bem antiga no nosso país. Conforme Costa (2001), no período colonial, a luta pela terra foi realizada por índios e negros. Os índios guerreavam na defesa de seus territórios invadidos pelos colonizadores e bandeirantes, e os negros, unindo a luta pela liberdade com a luta por sua própria terra, construíam os Quilombos – terras livres.

Esse mesmo autor registra que, no final do século XIX e início do século XX, surgiram movimentos camponeses chamados messiânicos que seguiam um líder carismático. Assim surgiu Canudos, com Antônio Conselheiro; o Contestado, com Monge Maria; as lutas do Cangaço, com Lampião, e outras lutas regionalizadas em cada estado.

A organização e a luta sempre foram ferramentas importantes para aqueles que vivem na e da terra no Brasil, para usar uma expressão de Bottmore (1988). Ainda de acordo com Costa (2001), no início da década de 1980, começaram então a acontecer às ocupações de forma massiva. O primeiro Congresso com a palavra de ordem: “Sem reforma agrária não há democracia”, em 1985, reuniu 1.500 delegados e foi criada a Coordenação Nacional do MST, com representantes de 13 estados do Brasil. Para Fernandes (1999 *apud* Mazalla Neto, 2014,

p. 09):

A gênese do MST se dá no cotidiano das famílias camponesas na luta pela terra. ‘O movimento social se configura em uma forma de organização da classe trabalhadora, tomando-a por base os grupos populares, ou as camadas populares, ou ainda os setores populares. É essa forma de desenvolvimento do processo de construção da realidade, produzida pela materialização da existência social, que entendemos como espaço social’ (FERNANDES, 1999). Os assentamentos e os acampamentos tornaram-se espaços sociais concretos, territórios que passaram a construir novas formas de organização social, outras experiências de trabalho e relação com a terra. Através de sua morfologia social trazem uma relação ampla com o campo como espaço de vida, as dimensões das relações sociais, da expressão da cultura, do laço com a terra, da educação e da família. O camponês, historicamente, na sua experiência de ter controle sobre o meio de produção, a terra, elaborou outros arranjos para a relação muito mais preservadora com a natureza e muito menos geradora de exclusão e miséria.

A partir da atuação do MST, de maneira coordenada e sistematizada, o processo de ocupação dos latifúndios improdutivos passou a ser uma constante no país. Esse método de luta provocou a reação dos latifundiários, que se utilizaram do aparelho repressivo do Estado para impedir o acesso à terra.

Ainda na década de 1960, a atuação dos governos militares foi decisiva para a ampliação das relações capitalistas no campo do setor agropecuário no Brasil. O Estado teve um forte papel na determinação do curso do desenvolvimento agrícola. Fazendas tradicionais com força de trabalho residente e estável deram lugar a grandes fazendas comerciais usando modernas tecnologias e trabalho assalariado. Contudo, esse mesmo governo, pouco fez pela questão agrária, ficando a política fundiária estagnada nesse período. Apenas na década de 1980, devido ao processo de redemocratização pelo qual o país passava, a disputa pela terra reiniciou-se por meio da organização dos movimentos sociais, provocando a reinserção da reforma agrária no debate político.

Oliveira (2001) fala como surgiu os movimentos sociais. Segundo o autor, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo, pois, desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso à terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos.

De acordo com Bergamasco e Norder (1999), as lutas dos trabalhadores rurais foram marcadas pelas relações de trabalho e pelos conflitos pela posse da terra, ou seja, foram lutas de posseiros, arrendatários, parceiros e sitiantes atingidos por barragens. Assim, os assentamentos rurais tiveram origem na organização sindical de trabalhadores rurais assalariados do corte da cana e através de trabalhadores rurais sem-terra, que nos anos 80

procuraram nos movimentos sociais organizados uma maneira para se fixarem na terra.

Ainda segundo os autores, a disputa dos anos de 1990 pela implementação de programas de Reforma Agrária, não poderia deixar de manter relações com as transformações em curso nas condições de produção econômica no campo e na cidade. Nesse sentido, afirmam os autores, torna-se importante resgatar algumas informações e análises relevantes sobre a forma como o Estado atuou para promover o desenvolvimento agroindustrial no Brasil dos últimos 30 anos, o que nos permite indicar a articulação específica entre a desativação contemporânea de um conjunto de instituições governamentais que nortearam a produção agropecuária e o fortalecimento das organizações populares de luta pela reforma agrária e pela expansão da agricultura familiar (BERGAMASCO; NORDER, 1999).

A partir da década de 1990, com a ampliação do processo de globalização, as tensões aumentaram ainda mais no campo, exigindo maior organização dos trabalhadores. É nesse contexto que se ampliam as ações do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Coletti (2003) explica como ocorreu esse processo no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2001). Nesse período, Estado passou então a manifestar grande preocupação com a questão agrária e passou a atuar de forma mais incisiva que os governos anteriores através de desapropriação de áreas improdutivas e implementação de assentamentos rurais. Ainda segundo o autor.

Em 1998, por exemplo, segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra, ocorreram no Brasil um total de 599 ocupações de terra, envolvendo 76.482 famílias. Ora, uma primeira hipótese explicativa para esse salto é que, diante de um governo eleito por quatro anos – não era, portanto, transitório como o governo anterior, de Itamar Franco – e diante de um governo que se mostrava mais aberto ao diálogo e às pressões reivindicativas, os movimentos sociais de luta pela terra encontraram espaço político para crescer. Mas, além dessa questão de ordem geral, ligada às características iniciais do governo FHC, outras razões poderiam nos ajudar a explicar esse crescimento do MST e da luta pela terra nesse período. Referimo-nos, aqui, a uma questão a nosso ver fundamental, qual seja, a da inserção das bases sociais do movimento na estrutura econômico-social (COLETTI, 2003, p. 03).

As pessoas que fazem parte deste movimento são, em muitos casos, filhos de sitiantes que, devido ao aumento da família, as terras se tornam pequenas para o sustento de todos os membros, como também os chamados boia fria que, devido à industrialização, perderam seus empregos e juntar-se aos movimentos sociais foi a única saída para conseguirem mudar de vida. Conforme Coletti (2003, p. 4):

A luta pela terra a qualquer preço se coloca para muitos desses trabalhadores como ‘última alternativa’, como uma espécie de busca de um ‘porto seguro’ em meio à insegurança do desemprego, do subemprego e da marginalização social, em suma, como um meio, às vezes o único, capaz de apontar para a possibilidade de sustento do trabalhador e o de sua família. À medida que aumentam a marginalização e a exclusão social que atingem, nesses tempos de vigência do neoliberalismo, em cheio as classes subalternas (urbanas e rurais), aumentam as bases sociais do MST – e, de

modo geral, as bases sociais dos demais movimentos sociais de luta pela terra – que repõe a essa população marginalizada o sonho do trabalho, da sobrevivência e da reprodução social [...]. Em 2001, 194 ocupações envolvendo 26.120 famílias. E mais: ao analisarmos as prioridades do MST em 2001, notamos que o movimento se dedicou mais à luta contra as plantações de alimentos “transgênicos”, à luta por crédito agrícola e pela renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados do que às ocupações de terra propriamente ditas. Isto indica, a nosso ver, uma mudança de postura do movimento. Conscientes da dificuldade de manutenção dos assentamentos rurais, o MST teria optado pela defesa das conquistas já realizadas, diminuindo sobremaneira as ocupações de terra.

Durante o governo de FHC foi criada a política de assentamentos, período em que mais assentou famílias, uma conquista para esses camponeses que mais tarde passam pelo retrocesso. Primeiramente houve o apoio do governo e depois ele tenta criminalizar essas pessoas. Coletti (2003) ressalta que no segundo mandato do governo FHC, houve uma resistência do governo para enfraquecer o MST, assim, diminuiu as ocupações e as famílias que faziam parte do movimento, outra medida para dificultar a vida dos acampados foi um corte financeiro na verba destinada ao MST, como também enfraqueceu as agências governamentais ligadas a agricultura familiar.

Nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2002 a 2010), a situação do MST tinha expectativas de melhorar. Fernandes (2008) faz uma análise que consta o maior número de ocupações e de famílias nos governos de FHC e Lula, um movimento de camponeses pela busca de um pedaço de terra, “Sem luta pela terra não é reforma agrária”. O governo Lula usa estratégias para continuar tendo apoio político, ele apoia os movimentos, porém não mexe em terras do agronegócio, mesmo sendo terras públicas no domínio do agronegócio.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Minayo (1992, p.11), a pesquisa qualitativa,

abarca não somente o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que constituem a vivência das relações objetivas pelos atores sociais, que lhe atribuem significados. Frente à problemática da quantidade e da qualidade a dialética assume que a qualidade dos fatos sociais e das relações sociais são suas propriedades inerentes, e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes.

O levantamento de informações qualitativas e quantitativas do processo de trabalho no Assentamento Santa Rosa foi feito *in loco*. Como orienta Minayo (1992, p.105):

O trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa, que a rigor não poderia ser pensada sem ele. Opõe-se aos “surveys” que trazem os sujeitos para o laboratório do pesquisador, mantém com eles uma relação estruturada, segundo Malinowski, ‘um excelente esqueleto ao qual faltam carne e sangue’. Na pesquisa qualitativa a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é

essencial. Sua preocupação é de que “todo esqueleto da vida real componham o esqueleto das construções abstratas”.

Esse levantamento foi feito por meio de questionários, com perguntas abertas e fechadas. O objetivo do questionário foi apreender principalmente questões relacionadas aos processos de trabalho. Outra estratégia importante para a coleta de dados foi a entrevista. O uso do gravador com os assentados permitiu ao mesmo discorrer livremente sobre seu modo de vida sem ser induzido, ou constrangido a fornecer informações que não queira. As entrevistas permitiram também obter informações relacionadas às histórias de vida ligadas ao assentamento.

No tocante às delimitações e escolhas dos atores sociais que foram entrevistados, foram selecionados não de maneira aleatória, mas fazendo uso de critérios de prioridade com relação de pertinência ao projeto de pesquisa. Como orienta Haguette (1992, p. 96):

A escolha dos entrevistados não pode ser aleatória, ou seja, não pode obedecer aos parâmetros da amostragem probabilística. Embora a montagem do universo – listagem dos atores que poderão fornecer contribuições úteis ao desenvolvimento de certo tema – seja fundamental, sempre existem alguns personagens cuja contribuição é imprescindível, daí porque sua inclusão na lista de entrevistados seja intencional.

Com base nessas orientações, utilizamos fontes primárias e secundárias de informação. As primárias foram fornecidas pelos próprios camponeses, por meio de histórias de vida, aplicação dos questionários e entrevistas. Já as secundárias foram obtidas a partir de documentos Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico Produção e Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul (SEMAGRO), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Agricultura do Município de Itaquirai.

Por fim, entendemos que para retratar a história da Associação 8 de Março, em um texto para a academia, narrando os aspectos de sua fundação e o seu desenvolvimento, tema/problema deste trabalho, não poderia ser contemplado de maneira satisfatória se não fossem articulados fatores qualitativos e quantitativos dentro da pesquisa de campo e, também, sem o auxílio da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO SANTA ROSA: RELATO DA MEMÓRIA

Em uma madrugada do dia 8 de março de 1997, trabalhadores e trabalhadoras boias-

frias, homens, mulheres, jovens e crianças sem-terra, iniciaram uma luta em busca de um pedaço de chão para sobreviver. Vieram de muitos lugares, viajando em caminhões com destino e objetivo de ocupar mais um latifúndio improdutivo no município de Itaquirai, na Fazenda Santo Antônio, com 2.064 famílias.

Nos primeiros dias se formou uma verdadeira cidade da lona preta na fazenda. Contudo, logo veio a primeira derrota, passageira, é bem verdade. Com a reintegração de posse e a liminar de despejo, desocuparam a fazenda. O acampamento foi para as margens da BR163, próximo a fazenda mestiça, fato descrito por Costa (2012), também vivido por mim e minha família.

O Projeto de Assentamento Santa Rosa e o Projeto de Assentamento Guaçu foram resultados de uma “luta” empreendida pelas famílias e trabalhadoras/trabalhadores sem-terra oriundas/os de várias A primeira ocupação foi feita pelas/os trabalhadoras/trabalhadores rurais no espaço da então Fazenda Santo Antônio, localizada no município de Itaquiraí-MS, especificamente, na rodovia da BR-487, e constituída por cerca de 25.560 ha, de propriedade do grupo Bertin, com Sede em Lins/São Paulo. As pesquisas em campo apontam que a primeira ocupação do acampamento Oito de Março realizou-se no dia 08 de março de 1997. Daí surgiu o nome do acampamento, Oito de Março, o qual marca o primeiro dia em que as/os trabalhadoras/trabalhadores sem-terra adentraram a área improdutivo da Fazenda Santa Antônio Mais tarde, as famílias do acampamento Oito de Março sofreram ação de despejo por causa de uma liminar judicial, o que provocou a retirada de pessoas, sendo estas levadas para as proximidades da BR-163 (COSTA, 2012, p.55).

O acampamento 8 de março foi um marco da história do MST, no estado de Mato Grosso do Sul, estava entre os maiores acampamentos de sem-terra do Brasil. As famílias eram de várias cidades da região, existia grupos vindos da capital Campo Grande, de localidades do estado do Paraná, brasiguaios e vários acampamentos pequenos que se juntaram ao acampamento 8 de março. Sua organicidade era executada em grupos de família onde tinha um coordenador e um vice coordenador. Destes grupos, também saíam pessoas para a equipe de segurança, equipe de saúde, equipe de esporte e cultura, equipe de educação, comissão de negociação e coordenação geral do acampamento, onde se discutia os problemas dos acampados e, em assembleia geral, tomavam decisões sobre o rumo das negociações com órgãos públicos.

Todo acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem com uma das principais preocupações a educação e, no acampamento Santa Rosa, não foi diferente. As escolas eram feitas de modo coletivo pelos acampados, professores e professoras que também eram acampados, no total de 12, todos habilitados no magistério e capacitados no MST, ensinando em salas multisseriadas com o método Paulo Freire

Passaram-se nove meses e muitas áreas foram negociadas, disso resultaria vários assentamentos na região e em outros municípios. As primeiras áreas negociadas foram a

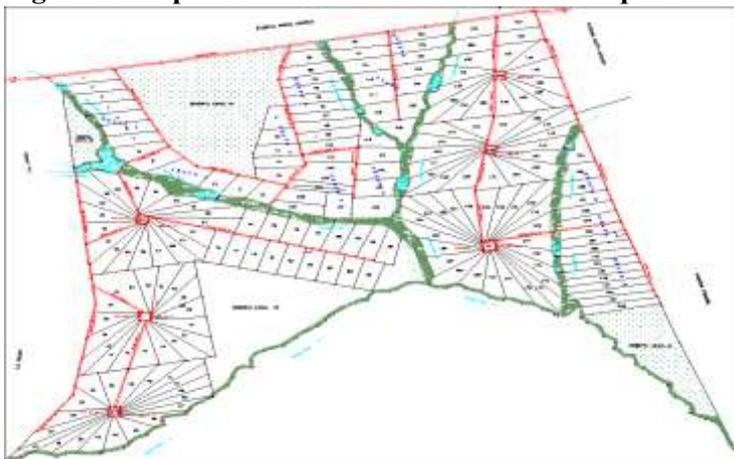
Fazenda Santa Rosa e a fazenda Guaçu, em Itaquirai, outras foram para Japorã, Rio Brillhante e Paranhos, todos municípios próximos, terminando a primeira etapa de acampamento.

Na sua implantação, o assentamento Santa Rosa foi composto por 141 lotes, cada lote com média de 15 hectares, parte dos lotes do assentamento foram loteados em sistema de “agrovila” dando origem a 6 núcleos, conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria (INCRA). Estas famílias foram assentadas no ano de 1998, portanto, 22 anos de assentamento. Assim, o assentamento tem uma relevância fundamental, pela organização dos “sem-terra” na conquista da terra, mudando a geografia fundiária do município de Itaquirai.

O assentamento tem uma relevância fundamental, primeiro, pela organização dos trabalhadores para a conquista da terra, depois a sua luta para produzir, para sobreviver e para comercializar os seus produtos no mercado. Segundo o site “Portal do MS”, o agronegócio é aproximadamente 30% do produto interno bruto (PIB) do estado, logo, ele é considerado um estado do agronegócio, com uma imensa concentração de terra nas mãos de poucas famílias, cujo objetivo principal da produção é atender as demandas do mercado externo.

Das fazendas desapropriadas nas negociações feita pelas lideranças do acampamento com o INCRA, a Santa Rosa foi a primeira que foi liberada para fazer o assentamento das famílias. Os grupos sorteados ficaram esperando o corte dos lotes e a liberação para cada um ocupá-los (Figura 1).

Figura 1: Mapa do assentamento Santa Rosa Itaquirai MS



Fonte: Secretaria Municipal da Agricultura de Itaquirai.

Figura 2: Primeiros dias de posse da terra



Fonte: Carlos Aparecido Ferrari.

Logo que o INCRA liberou os lotes, as famílias mudaram e continuaram a morar em barraco de lona, porque ainda não tinham condições de construir suas casas. Apenas uma minoria tinha casa de madeira na cidade, que derrubou e construiu no seu sítio. Muitos já começaram a plantar a lavoura para sua subsistência, como: feijão, milho, mandioca, hortas, criação de galinha caipira.

No início teve muito plantio de arroz, figura 3, foi uma cultura que muitas famílias trabalharam por um bom período. Existia até máquina de beneficiar o arroz na sede da antiga fazenda, montada por um assentado, alguns já comercializavam sua produção na cidade.

Figura 3: Primeiras roças de arroz



Fonte: Professora Izabel.

Com a assistência técnica no assentamento, começou a busca por crédito e o primeiro crédito liberado foi para compra de ferramentas, sementes para o plantio e preparação do solo. Neste contexto e com muitas dificuldades, os núcleos de produção do assentamento tinham uma coordenação geral que buscava aquisições e melhorias como; escola, posto de saúde e melhorar as estradas que eram de difícil acesso.

Com a formação da associação 8 de março, junto com as lideranças do assentamento, houve várias conquistas e benefícios junto à Prefeitura de Itaquirai. Depois com o governo

federal, veio o Programa Luz Para Todos, a liberação de verbas para construção das casas nos sítios e o acesso ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Com estes investimentos, todos os assentados minimamente estruturaram seus lotes com cercas, formação de pasto e a compra de gado leiteiro.

Portanto, com todas estas conquistas os grupos de produção juntamente com sua coordenação desapareceram e a associação paralisou suas atividades. O retrato do assentamento Santa Rosa mudou, começou a viver da produção de leite e a roça de mandioca que era vendida para as fecularias. Fazendo disso a sua forma de subsistência da família.

Os produtores de leite com o tempo começaram a sentir grandes dificuldades na sua propriedade, que passaram a não dar mais retorno financeiro esperado. O gado leiteiro passou a dividir a sua pequena propriedade com a agricultura. Nota-se hoje a falta de preparo técnico para gerir seus empreendimentos, na sua grande maioria ainda ordenha o leite de forma primitiva e, por falta de recursos e investimento de tecnologia, poucos têm uma ordenha mecânica no sítio.

Isso contribui para estes assentados saíam de seus lotes para trabalhar fora, seus filhos vão para a cidade trabalhar em fábricas ou no comércio de Itaquirai e região, porque não tem como a família se manter com dignidade no assentamento. Muitos acabaram vendendo seus lotes e voltando para cidade.

4.2 A RETOMADA DA ASSOCIAÇÃO 8 DE MARÇO

Nos anos 2009 e 2010, antigos sócios resolveram retornar as atividades da Associação 8 de Março, voltar a se organizar em grupos de produção de alimentos. Eles recomeçaram com uma nova diretoria. Em 2009 foram contemplados com um projeto da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), onde receberam uma incubadora para apoiar e fortalecer a produção de aves, garantindo uma fonte de renda e alimentação para as próprias famílias.

No ano de 2011, a associação recebeu da UFGD 60 caixas de abelhas para fortalecer a cadeia produtiva do mel. No ano de 2012, se organizam para iniciar um outro desafio: começar suas atividades de comercialização com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para os associados foi uma grande retomada, que possibilitou melhorar a produção de alimentos, diversificando para

atender a demanda, isso deu grande injeção de ânimo aos seus associados. Estes dois programas representam a inclusão produtiva da associação no mercado institucional.

Em 2013, a associação foi contemplada com o projeto GereLeite, patrocinado pela Petrobras, por meio do Programa “Petrobras Desenvolvimento e Cidadania”. Isso possibilitou bons resultados, como a aquisição de ordenhas mecânicas e veículos, figura 4, melhorando a renda dos associados e dando qualidade ao produto a ser comercializado. Neste mesmo ano, eles tiveram a aquisição de uma caminhonete F1000, com recursos próprios dos associados e de uma fiorino Furgão, que tem como objetivo transportar produtos para entregas no PNAE da cidade de Itaquiraí, por meio de um projeto junto a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

Figura 4: Veículo e ordenha mecânica



Fonte: Associação 8 de Marco e Luiz Gomes.

Em 2017, a associação consegue organizar uma compra coletiva de calcário e insumos e organizam um plantio de uma área coletiva de mandioca com finalidade de custear despesas da associação. Os produtos que a associação comercializa atualmente com o foco em agregar valor aumenta a renda de seus associados. Seus produtos são basicamente na produção de hortifruti, mandioca e vários outros itens comercializados por meio dos Programas PNAE e PAA. O leite é comercializado de forma individual diretamente com o laticínio.

Pelo tanto de itens comercializados, o objetivo da associação é produzir de modo diversificado com estratégia muito bem adotada, com esforço não só de ampliar o leque dos produtos, mas também o autoconsumo, atendendo de forma satisfatória com produtos hortifruti, como: abacaxi, abacate, abobora, cabotiã, abobora menina, abobora barbara, acelga, acerola, alface, banana prata, banana nanica, batata doce, beterraba, brócolis, cebola cebolinha, cenoura, chuchu, colorífico, couve-flor, couve folha, farinha de mandioca torrada, feijão cariquinho, mamão, mandioca, maracujá, melancia, melão, milho verde, morango,

limão taiti, limão rosa, manga, pepino comum, pimentão verde, repolho, salsa, tangerina, tomate cereja, tomate salada, vagem e etc. Todos estes itens estão elencados nas planilhas de entrega da Associação 8 de Março que são consumidos nas merendas das escolas de Itaquirai.

Por meio dos contratos feitos com a Prefeitura por meio do PNAE, a associação fornece produtos hortifrutí para duas escolas nos assentamentos, três creches na cidade, duas escolas estaduais e uma escola municipal em Itaquirai. Abaixo a Tabela 1 apresenta uma planilha entregue por semana no ano de 2019 nas escolas.

Tabela 1: Planilha de entrega para o PNAE feita pela Associação 8 de Março

Produto	Unidade de medida	Total entregue
Abacaxi	Unidade	50
Abobora Bárbara	Quilo	420
Acerola	Quilo	80
Alface	Unidade	450
Banana	Quilo	2125
Batata doce rosa ou branca	Quilo	545
Feijão cariyoquinha	Quilo	960
Mamão	Quilo	800
Mandioca descascada	Quilo	865
Maracujá	Quilo	750
Melancia	Quilo	2050
Melão	Quilo	820
Milho verde (com espiga sem casca)	Quilo	1580
Pepino comum	Quilo	249
Pimentão Verde	Quilo	290
Repolho verde	Quilo	270

Fonte: Associação 8 de Março.

Com a pandemia, o quadro mudou drasticamente. Este ano a entrega passou a ser mensal, vejamos dados de entrega em duas escolas na planilha abaixo, Tabela 2:

Tabela 2: Planilha de entrega para o PNAE feita pela Associação 8 de Março

Produto	Unidade de medida	Total entregue
Alface	Unidade	150
Abobrinha	Quilo	500
Abobora	Pacote 1kg	50
Beterraba	Quilo	31
Banana	Quilo	200
Batata doce	Quilo	150
Couve Folha	Maço	100
Cebolinha	Maço	150

Cebola	Pacote 1kg	100
Farinha de Mandioca	Pacote 1kg	50
Mandioca	Pacote de 2kg	100
Pimenta doce	Quilo	11
Pimentão	Quilo	20
Salsinha	Maço	150
Melancia	Quilo	506

Fonte: Associação 8 de Março.

A associação nestes tempos difíceis está entregando no PAA. Este programa busca atender as famílias em situação de vulnerabilidade social, e estes alimentos são entregues no CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) de Itaquiraí. Seu projeto ambicioso é ter um espaço para instalação de uma unidade de industrialização e empacotamento da mandioca *in natura* que é o carro chefe do núcleo de produção que, em média, a associação entrega de 500 a 600 kg por semana, mesmo com a pandemia, e já chegou a entregar quantidades maiores.

O outro projeto da associação é a instalação de uma farinheira, já existe no assentamento a produção de farinha torrada, que é artesanal e pertence a um dos sócios, que vende a farinha torrada com a embalagem de 1 kg com o logotipo da Associação 8 de Março, conforme a figura 5.

Figura 5: Embalagem de 1 kg de farinha com o logotipo da Associação 8 de Março



Fonte: Associação 8 de Março.

A associação também possui uma patrulha mecanizada com um trator, um subsolador, uma grade, uma carreta com pneus, um afofador de mandioca, uma calcariadeira, um veículo fiorino furgão que serve para o apoio a produção nas entregas.

Além do acesso destas políticas públicas (PNAE) e (PAA), seus sócios estão em condições de acessar o PRONAF com apoio da Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural). A associação 8 de Março busca parcerias com instituições públicas e privadas e, atualmente, tem acompanhamento do SENAR (Serviço Nacional de

Aprendizagem Rural) e agora SECAF (Consultoria e Assessoria Para a Agricultura Familiar LTDA).

4.3 ASSOCIAÇÃO 8 DE MARÇO NA FALA DE SEUS SÓCIOS: RELATOS DAS EXPERIÊNCIAS

Muitos elementos sociais e as próprias condições materiais interferem nas vidas destes trabalhadores rurais, superar vários obstáculos para terem autonomia produtiva e, conseqüentemente, dignidade, são dignas de nota. São personagens que construíram suas próprias histórias de vida, num processo coletivo de luta pela produção de alimentos, de forma organizada, com diversificação da produção e respeito ao meio ambiente. Os resultados aparecem nestes 22 anos de assentamento.

Nesta seção, trarei a fala desses sujeitos sociais, colhidas durante o percurso da pesquisa de campo. No primeiro depoimento, Marco Luiz Gomes, assentado e sócio da Associação 8 de Março relata:

Quando a gente chegou no assentamento, chegamos à conclusão de que nem tudo que eu imaginava quando eu estava acampado poderia acontecer, porque tudo que você imaginava não dava para se fazer, porque existe uma série de obstáculos. Aí chegamos à conclusão que trabalhar numa pequena propriedade individualmente sempre terá uma grande dificuldade, diante da grande quantidade que produzimos. A partir do momento que se socializar entrando numa associação que produz em conjunto e se negocia de modo coletivo no mercado, a facilidade aparece e começa oferecer quantidade maior de produtos ao comércio, facilitando canais institucionais para comercialização dos nossos produtos. Já aqueles que não se organizaram em associação, muitos complementam sua renda trabalhando fora do seu sítio e outros venderam e foram embora. São poucos aqueles que ficaram e conseguiram se manter, trabalhando sem precisar estar na associação, estes quando foram para o lote tinham um pouco de recurso para começar.

O Luiz Gomes tem um papel importante na associação: a divulgação dos produtos na cidade de Itaquirai, vendendo aos mercados os produtos. O que se pode refletir neste depoimento é que sem a cooperação, a vida dos assentados fica muito difícil. As grandes desigualdades no mundo rural se refletem quando se conquista a terra, estes assentados da reforma agrária não participam diretamente do mercado, primeiro em condições de vender sua produção individual, depois pela falta de preparo e orientação, mesmo sabendo trabalhar a terra.

A segunda questão, a viabilidade econômica do assentamento, não é prioridade pelo Estado. Historicamente a empresa capitalista do agronegócio tem todo o apoio e é prioridade numa relação excludente de privilégio ao grande capital, no investimento dos órgãos governamentais, prevalece a força política do latifúndio, sobrando para a agricultura familiar

o mínimo de investimento por parte dos governos. Neste sentido, temos agora o relato do Pedro Aparecido da Silva, que fala dos desafios e obstáculos e o que mudou na vida dele:

Em 8 de março de 1997, nós ocupamos a fazenda Santo Antônio, quando conquistamos a Fazenda Santa Rosa, onde minha família e mais 140 foram assentadas. Neste período eu trabalhava de boia fria, carpindo, colhendo feijão e tinha uma pequena casinha em Itaquirai. No acampamento já se organizava os grupos de produção de alimentos, no assentamento só funcionou enquanto tinha o dinheiro do PRONAF. Ai não se organizou mais nada, a coordenação do assentamento acabou a associação esvaziou. A retomada da luta voltou a partir do ano 2009 e 2010 que voltamos a discutir grupos de produção dentro da Associação 8 de Março. No meu sítio eu comecei a diversificar os produtos, produzo mandioca, tenho uma horta, com variedades, legumes com variedade, destaco a abobora e batata doce que eu entrego em maior quantidade, frutas como melancia, limão taiti e a acerola que a associação entrega em pacotes de um quilo congelada. Toda minha produção é entregue para ser comercializada junto com a dos outros produtores pela associação nas escolas, via PNAE e PAA. O restante entregamos nos mercados. Somos um grupo que trabalha individualmente em seu lote, coletivamente na associação. Acredito que depois de muito tempo sem organização no assentamento, a associação veio para contribuir com a produção da agricultura familiar através do trabalho associativo, o desenvolvimento da agricultura no assentamento.

O Aparecido discorre sobre sua história de superação, de simples assalariado boia-fria, conseguiu, depois de muita luta pela terra, ser assentado. Hoje se orgulha de ter dois filhos formados e uma filha fazendo uma segunda faculdade pública. Isso mostra que quando existe políticas públicas não só para a agricultura familiar, como a inclusão no mercado institucional, mas também no acesso à educação como um todo, as coisas mudam, e essas políticas públicas afirmativas só foram implementadas de forma efetiva nos anos 2002 a 2016, em governos populares. Pensando nestas mudanças vamos ao depoimento de dona Glória da Silva:

Neste período que estou assentada muita coisa mudou, nestes 22 anos, foi para melhor. No primeiro momento, quando fui para o meu lote, era para plantar o meu sustento, eu já tinha uma ideia de como começar desde o grupo de produção que eu participava no acampamento. Os caminhos para superar as dificuldades, muitos não se organizaram para produzir e preferiam trabalhar sozinhos em seus lotes. Quando eu entrei na associação e no grupo de produção minha renda era só do leite, então eu percebi que o mamão que eu plantava no meu sítio, que muitas vezes eu perdia no pé, poderia ser comercializado, os legumes, abobora, o milho que alimentava os porcos e as galinhas também poderia ser comercializados, sem falar nos pés de limão rosa, tudo aquilo poderia fazer a diferença na complementação de renda no meu sítio. Portanto, quando se juntava toda produção de cada associado, de cada item, se tornava muito para a associação comercializar, na entrega para a escola e nos mercados da cidade, Isso ajuda muito na renda familiar, eu ajudo minha família na cidade com verduras que sobra da minha produção. Plantamos para o nosso gasto e vendemos o que sobra. Graças a Deus nós estamos produzindo estes produtos no sítio para a cidade. Isso é motivo de orgulho e de alegria. Agradeço primeiro a Deus, depois a luta pela terra na qual pertenceo hoje. Eu digo sempre: “a terra é mãe onde tiramos nossos produtos e nossa alimentação”.

Dona Glória tem um papel chave no processo produtivo do beneficiamento da mandioca *in natura*. Ela faz um controle de qualidade antes de lavar e descascar, cortar a

produção de mandioca que chega de cada produtor, se não está de acordo, a produção do sócio não será comercializada e nem vendida. Neste depoimento, ela mostra que a reforma agrária é um dos fatores que traz de volta a cidadania para as pessoas excluídas, resolve os problemas do desemprego nas cidades, sendo uma maneira de aplicar a justiça social aos excluídos de políticas econômicas do grande capital. Também é importante o relato da experiência do Reinaldo Batista Leite, que discorre sobre a associação:

Quando eu vim com minha família para a Santa Rosa, tive muita dificuldade, como todos aqui que foram assentados. Não tinha nada e vim para o lote morar num barraco de lona, mas com a luta eu fui superando, quando eu me associei na associação, eu comecei a melhorar minha situação, primeiro fui aprender trabalhar em grupo, foi muito importante. Depois fui trabalhar no grupo de produção do mel, aprendi a lidar com as diferenças de pensamentos e as pessoas começaram a ter amor pela associação, não só pela parte do compartilhamento e a união, mas principalmente quando se começa a ter retorno financeiro, com isso, a agricultura faz parte da minha vida. O mel é como uma caixinha para comprar um gás, pagar uma conta de luz, a horta vejo como uma poupança, quando eu entrego 50 quilos de mandioca, eu sei que no mês que vem tem dinheiro na minha conta e já vou ter este dinheiro em caixa. O leite eu sei que todo mês tem data para eu receber. Este mês meu grupo de produção, que produz farinha de mandioca empacotada, vendeu 1000 kg, que é produzida no maquinário artesanal. Portanto, as dificuldades são superadas quando planejamos e trabalhamos em equipes.

Neste depoimento, se mostra como tem importância o trabalho de grupo e sua intencionalidade para dar certo. Um exemplo de gerenciamento financeiro da pequena propriedade. O Reinaldo faz parte do conselho fiscal da associação, este relato prova que o assentado que produz só um tipo de produto no seu sítio, terá muitas dificuldades para se manter, só diversificando sua produção agregando valor vai viver melhor. Neste relato se percebe ainda que a gestão e o planejamento estão sendo importantes para este pequeno produtor familiar. Ele está vendo seu sítio como um empreendimento que tem que gerar lucro, uma unidade de produção que ele administra nos seus menores detalhes, tem uma ótica que só o trabalho em equipe vai dar resultado e retorno financeiro.

Paulo da Silva, antigo presidente, que hoje está na tesouraria da associação, descreve a história da retomada da associação:

A retomada da Associação 8 de Março foi numa época que o assentamento estava vivendo uma crise de desesperança, assentados que viviam somente do gado leiteiro e uma rocinha de mandioca para vender na feccularia. Em 2008 e 2009 retomamos as atividades elegendo uma nova diretoria, onde naquele momento peguei tarefas muito árduas como presidente. No início desta retomada existia muitos sócios, hoje contamos com 30 produtores, foi um processo que começamos a discutir normas, valores, regras para a associação, muitos saíram porque não se adaptaram a essas regras. E uma destas regras era trabalhar a diversificação da produção para melhorar a renda das famílias e o Pessoal da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) foi que iniciou uma grande mudança na nossa associação e tenho gratidão pela Marcia Marcato, que nos assessorou em muitos projetos numa época que a maioria não acreditava que poderia dar certo, principalmente quando começamos a entregar nossos produtos nas escolas nos contratos do PNAE. Nesta fase tivemos o

apoio técnico da AGRAER, muita gente não acreditou e saiu, outros tiveram que ser cortados porque não participavam das reuniões, só participavam quando era para seu benefício próprio e não participavam quando a atividade era coletiva nos grupos de produção. Com o tempo, as coisas melhoram, quem acreditou e apostou na união começou a ver os resultados do nosso trabalho no seu sítio, com o aumento da renda. Aí este pessoal começou a ter amor pela associação. Começamos a agregar valor nos nossos produtos, produzindo com qualidade e com sustentabilidade, alimentos 90% agroecológico, no rumo de se consolidar na agroindústria, no assentamento contribuindo pelo seu desenvolvimento na melhoria da nossa qualidade de vida. Para nós é uma responsabilidade que vai se construindo todos os dias, a preocupação em buscar projetos em benefícios de todos, mas a construção e organização é diária.

Um dos fatos mais importante na retomada da Associação 8 de Março foi, sem dúvida, o trabalho da UFGD, depois a venda dos produtos para as escolas por meio do Programa PNAE e PAA, onde se alavancou a produção de alimentos, um processo qualitativo e quantitativo de produção, com assessoria e gestão que deu resultados.

Uma das partes mais importante neste processo é a parte do apoio técnico, na viabilização dos projetos e de gestão administrativa. Neste ponto, o engenheiro agrônomo Itamar Jeronimo Mariani, faz um balanço da luta por parte da associação na busca de projetos para melhorar a renda dos agricultores, Itamar fala das dificuldades do trabalho técnico e, também, estrutural no assentamento e na associação:

Olhando no retrovisor, quando eu cheguei aqui há vinte anos, contratado como técnico junto ao INCRA (Instituto nacional de Colonização e Reforma Agraria) encontrei na Santa Rosa pouca estrutura para trabalhar. Estradas precárias, moradias precárias não tinha asfalto que ligava o assentamento com a cidade de Itaquiraí, era tudo difícil. A assistência técnica tinha um carro velho que chegou aqui, dificilmente tinha combustível para visitas aos assentados, a maioria das vezes era feito visitas usando cavalo que os assentados emprestavam para se deslocar da sede da antiga fazenda para visitar os sítios. O primeiro trabalho que fizemos foi o fomento voltado para alimentação das famílias e depois veio os investimentos para a estruturação das propriedades, alguns investiram bem, mas outros investiram muito mal por falta de conhecimento. Fiquei dois anos na assistência técnica, fui embora devido à falta de estrutura, moradia precária e salários que não recebia. A maioria das vezes nós da assistência almoçávamos no sítio que visitávamos, e os sítiantes levavam alimentos para nos ajudar, devido à falta de salário. Depois de 18 anos eu volto como Engenheiro agrônomo contratado pela CECAF (Consultoria e Assessoria Para Agricultura Familiar Ltda.) para trabalhar na Associação 8de março na área de gestão financeira, gestão de produção, gestão ambiental e parte da organização documental. Fiquei durante um ano com este projeto junto a ANATER (Agência Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural) passamos também dificuldade, corte de verbas, falta de pagamento de salário como sempre. Nosso trabalho na associação foi na agroindústria, legalização de licenciamento ambiental, parte de inspeção junto ao órgão do município. Na parte sanitária trabalhamos um projeto de agroindústria para aquisição de máquinas que ainda hoje é manual, tanto no recebimento, no descascamento, no corte lavagem da mandioca *in natura*. Quando se industrializar vai ter um padrão melhor de qualidade, é uma questão de tempo, eles conseguirão este sonho. Uma cidade como Itaquiraí, que em 1990 existia apenas 125 propriedades numa área 2.060 km quadrados, hoje somos em 12 assentamentos com 3.200 propriedades. O MST e os movimentos sociais mudaram esta geografia e as estruturas fundiárias do município, quem imaginaria esta realidade? Só existe uma resposta: a luta e a resistência organizada camponesa. Com certeza logo eles conseguiram o seu objetivo.

Itamar mostra um retrato real da realidade do campo, onde a agricultura familiar é sempre largada no segundo plano, que sempre tivemos uma política exclusiva para os grandes capitais ligados às grandes propriedades, e que são imensas as dificuldades de trabalhar assistência técnicas nos assentamentos da reforma agrária. Contudo, o depoimento mostra também o poder da resistência e da organização coletiva dos trabalhadores.

5 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi contar um pouco a história do Assentamento Rural Santa Rosa, de sua histórica e singular Associação 8 de Março. Em uma unidade da federação dominada pelo agronegócio milionário, as lutas destes assentados merecem ser registradas. Certamente ainda há muitos fatores para serem analisados, do ponto de vista da formação e consolidação do Assentamento e da Associação, mas devido as dificuldades para realizar a pesquisa de campo, por conta da pandemia do novo coronavírus, não foi possível o avanço, fato que será retomado no futuro.

A história da reforma agrária brasileira sempre foi contada e expressada na falta da democratização da terra, mostra uma estreita relação entre as classes dominantes e o Estado patrimonial, onde, desde o Brasil colônia, pouca coisa mudou nesse tema. A terra continua concentrada e o projeto de agronegócio, com toda a sua dinâmica, continua a expulsar trabalhadores rurais para cidade.

No caso do Assentamento Santa Rosa, na verdade, o sem-terra fez valer o seu direito à terra, seu direito de produzir para sua subsistência, organizar a produção, se organizar em cooperativas e associações para produzir com melhor qualidade, cobrar recursos e assistência técnica do governo, políticas públicas para melhorar as suas condições de vida e ter acesso à educação, à saúde e a condições efetivas de agregar valor à sua produção.

Há uma indissociável relação hoje entre a agricultura familiar e os assentamentos rurais, uma relação que faz contraponto às grandes propriedades, com sua produção em grande escala voltadas para exportação. A agricultura familiar está cada vez mais, debatendo novas formas de se produzir alimentos saudáveis, priorizando a natureza e o respeito ao meio ambiente, em contraponto a agricultura do veneno.

A Associação 8 de Março produz alimentos orgânicos numa escala de 90%, faltando apenas 10% para ser 100% orgânico. Eles resistem se organizando, buscando melhorias para O assentamento, para a Associação e seus associados.

Nestes últimos anos, a associação vem em busca de melhorias com seu projeto de agroindústria para o beneficiamento de seus produtos, tem uma política de parcerias públicas e privadas, no sentido de melhorar a gestão de produção, gestão ambiental e gestão financeira, com isso pretende viabilizar o necessário para os seus sócios, para que eles possam viver com dignidade no assentamento.

A busca de agregar valor aos seus produtos tem a lógica da realidade. Hoje a agricultura familiar está muito dependente das inovações tecnológicas para o aumento de sua produção, busca e enfrenta o mercado cada vez mais competitivo. O que se percebeu neste trabalho foi que o papel do Estado ainda é insuficiente, está longe e é insignificante seu apoio a esse segmento. Existem linhas de pensamento que atestam que a agricultura familiar é, na maioria das vezes, deficitária e só sobrevive com o auxílio das políticas públicas. Este pensamento se fortaleceu ainda mais depois de 2016, diante das mudanças de governos e seus cortes significativos de verbas para a agricultura familiar.

Com efeito, os resultados das entregas às instituições por meio do PNAE, mostrados anteriormente, revelam que teve um retorno econômico bom para os associados e, apesar da diminuição das entregas durante a pandemia, conforme a planilha, eles continuam tendo retorno mesmo de uma forma reduzida. No que diz respeito ao planejamento da pequena propriedade, liderança nos trabalhos na sua gestão e na gestão da associação, a predominância é masculina e a participação feminina é pouca, apesar da associação abrir espaços para projetos específicos para capacitação das mulheres e geração de renda.

A história do Assentamento Santa Rosa tem seus aspectos positivos tanto na organização de sua produção quanto nos resultados, e o maior exemplo é a Associação 8 de Março, com seus projetos agroindustriais, sua contribuição e apoio aos agricultores. É uma grande responsabilidade gerar renda, sustentabilidade ambiental e implementar o trabalho associativo que de resultados tanto econômicos quanto sociais, políticos e cultural. A Associação está no caminho certo.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luís Antonio Cabello. Os impactos regionais dos assentamentos rurais de São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, Leonilde Sérvo; LEITE, Sérgio (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.

COLETTI, Claudinei. Avanços e impasses do MST e da luta pela terra no Brasil nos anos recentes. En publicação: Movimientos sociales y conflictos en América Latina. José Seoane. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100724063913/5coletti.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

COSTA, Kátia Aline da. Juventudes do Campo: Cotidiano e Representações Sociais nos Assentamentos Rurais Santa Rosa e Guaçu em Itaquiraí-MS. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal da Grande Dourados. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas. 2012.

COSTA, José Eduardo. Luta antiga. **Revista Opinião & Debate**, um especial do Projeto Triálogos, 2001. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/trialogos/simp/home_conteudo_simp.htm. Acesso em: 22 jun. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Boletim Dataluta**, dezembro de 2008. Disponível em http://docs.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992 p. 96.

MAZALLA NETO, Wilson. Agroecologia e movimentos sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. 2014. 202 p. **Tese (doutorado)** - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/257120>. Acesso em: 13 mar. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: Movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, vol.15 no.43, São Paulo, Set./Dez. 2001.